

830
~~Assinaturas e rubricas~~
Assinaturas e rubricas

ATA Nº 49 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO C.M.S.

Aos 19 (dezenove) dias do mes de janeiro de 2.000 (dois mil), foi realizada a reunião extraordinária do C.M.S., na Secretaria de Saúde, com início às 20:10 horas. O Secretário de Saúde, Dr. Evaldo Sauches, iniciou a reunião, apresentando o Sr. Reginaldo, farmacêutico, que ofereceu seus serviços que trata sobre controle de qualidade, organização na distribuição de medicamentos e planejamento para que haja redução de gastos. Explicou como poderia ser feito esse trabalho e colocou-se à disposição, se algum hospital estiver interessado na sua oferta. O Secretário de Saúde, Dr. Evaldo falou sobre dados cadastrais dos hospitais na Internet, onde consta o número de leitos e sobre o problema de laqueaduras, que muitas vezes, são pedidas até por políticos e que todos os hospitais receberam uma carta sobre o procedimento de laqueaduras. A Sra. Lássia, falou que o maior problema com denúncias é com gestantes que querem fazer cesariana, pois marcam com antecedência, combinam preços e depois querem que o SUS pague, mas não foi indicada pelo médico, foi acito os termos combinados e não há necessidade de

ser feita uma cesária. Também existe o problema da família, que na hora do parto, pressiona o médico e praticamente exige que o mesmo faça uma cesária. É preciso fazer um trabalho de conscientização com a base, isto é, com as parturientes. Quanto à questão das AIHs, cada Hospital defendeu seus interesses e o assunto foi novamente muito discutido, mas não se chegou à nenhuma conclusão, ficando tudo da maneira que estava desde a última reunião. Quanto aos laudos represados, o Dr. Roberto disse que o Sr. Prefeito ficou sensibilizado com o problema do Hospital e devem tentar receber esses laudos, mesmo que para isso tenham que ir para Curitiba e resolver a questão, pois se esse problema continuar, não poderão mais atender pelo SUS. O Sr. Euclides disse que, se os problemas aumentaram depois que o Hospital passou à Referência Estadual e aumentou a demanda, é preciso levar o problema para a Bipartite e resolver o que fazer, pois também existe a questão que o João de Freitas atende a Concessionária do Pedágio, em caso de acidentes, então a questão é a nível de Estado. Dr. Evaldo disse que, para ele, quando um hospital ou até mesmo um profissional deixa de atender pelo SUS, é como se um paciente tivesse morrido e fará o que for preciso para que isso não aconteça, inclusive uma Comissão que deverá apresentar argumentos técnicos e válidos para poderem conversar. Nós não temos problemas graves de denúncias e todos os hospitais estão crescendo, de uma maneira ou de outra. O Conselheiro Saulo disse que, como entrou à pouco no Conselho, ainda não tem conhecimento suficiente para dar sugestões pois todos têm seus argumentos e todos são válidos, portanto quem tem mais conhecimento é que deve se pronunciar e, se for a nível de Estado, não podemos ficar debatendo a questão. O Sr. Euclides sugeriu que seja enviada a pauta ao Conselho Estadual para ver se é possível resolver o problema dos laudos represados e ele pessoalmente irá lutar pelo assunto na Bipartite, tanto para o João de Freitas como para a Santa Casa. O Dr. Roberto disse que realmente o problema é para o Estado, mas o Conselho terá que dar uma resolução. O João de Freitas deverá entregar um relatório exato dos laudos represados para maior entendimento dos Conselheiros. Dr. Evaldo fez uma distribuição de AIHs e disse que o restante seriam repassadas à Sta Casa, a quota da Secretaria, mas o Sr. Euclides discordou, dizendo que a Secretaria não pode

ficar sem AHTs, devendo passar para o hospital que necessitar. A proposta final: descontar os 77 que o Município perde, e o restante, 507 (quinhentas e sete), fazer a divisão proporcional e continua como ficou decidido na reunião anterior. O Conselheiro Antonio Martins apresentou uma denúncia sobre uma gestante que foi atendida no Hospital João de Freitas, mas foi mandada para casa, pois o médico disse que não estava na hora do parto. Como ela passou mal, começando a sangrar, voltou ao hospital, mas disse que não foi atendida por não ter dinheiro. Como não havia mais como esperar, foi feita uma cesárea, mas a criança morreu, sendo que o Pediatra falou que, como passou da hora de nascer, a criança engoliu o líquido da placenta. O Conselheiro Antonio Alves também tem conhecimento do assunto, mas disse que levou o casal no hospital e lá disseram que não houve nenhuma cobrança. Dr. Evaldo disse que mandou a denúncia para o Diretor Clínico e está esperando a resposta, pois ele não tem como resolver sozinho. O Sr. Euclides disse que essa denúncia compete também ao Conselho Regional de Medicina que deve tomar providências e resolver a questão e também é caso para a Promotoria. O médico é responsável pelo seu procedimento e o Diretor Clínico é responsável pelo hospital e qualquer médico pode gerar em qualquer hospital, mesmo não sendo credenciado no mesmo, em todo caso, é preciso ver as duas partes, médico e paciente, e ter os devidos esclarecimentos, e através do prontuário do paciente, pode-se conhecer a história clínica. Após mais alguns comentários, a reunião foi encerrada e eu, Maria Adelaide Oliveira Cirera, lavrei a presente ata.

